

OPINIÃO

Peregrinações preparam os fiéis para o Círio de Nazaré. Página 3.

OLIBERAL

FILIADO A SOCIEDADE
INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIPANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALISPresidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor-Editor Corporativo
Ronaldo MaioranaDiretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Redator-Chefe
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraO LIBERAL é editado por
Delta Publicidade S/A
CGC. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 08.496.Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade
Rua 25 de Setembro, 2473.
CEP: 66.093-000.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Fax: (091) 3216-1143.
Belém, Pará, Brasil.As opiniões emitidas em textos assinados
são livre manifestação do pensamento de
seus autores e não representam a opinião
do jornal.Sucursal Centro/
Centro-OesteDiretor:
Fábio Andrade► **Brasília - DF**
SRTVN Q 701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fonefax (61)-3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.brSucursal Sudeste/
Sul/ Nordeste► **São Paulo - SP**
Rua Iguatemi, 192.
Cj 141/142 - Itaim. Cep. 01451-010.
Fonefax (11) 3073-1450/3073-1451.► **Rio de Janeiro - RJ**
Edifício Dijon Business Center.
Rua Farne de Amoebo, 56 - Cj. 506 e
507 - Ipanema. Cep. 22420.020 - Rio
de Janeiro. Telefone: (21) 2103-4540.
E-mail: comercial.rio@oliberal.com.br

Preço do exemplar

Zona I - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.► **Dias úteis R\$ 1,50**
► **Domingo R\$ 3,00****Zona II** - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xinguara, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 3,60****Zona III** - Brasília (DF), São Luis, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.► **Dias úteis R\$ 2,30**
► **Domingo R\$ 4,80****Zona IV** - Demais Estados► **Dias úteis R\$ 3,40**
► **Domingo R\$ 7,20****Zona V** - Macapá► **Dias úteis R\$ 2,50**
► **Domingo R\$ 4,50**

Telefones de O LIBERAL

Reportagem:
3216-1138
Assinaturas:
3204-6000
Atendimento ao Assinante:
3216-1011
Classificados:
3277-9200
Comercial:
3216-1163 e 3216-1176

jose seráfico

Dando tempo

Salvo o professor Plínio de Arruda Sampaio, os candidatos à Presidência da República nada têm a dizer. Pelo menos aos que esperam alguma novidade sair de suas bocas.

A dificuldade repousa, sobretudo, na semelhança entre os partidos que patrocinam seus nomes. A rigor, a única diferença está na sigla, eis que os valores supostamente defendidos, os objetivos que os animam e as práticas a que se acostumaram são iguais.

Poucos anos antes, encontravam-se traços distintivos do Partido dos Trabalhadores, em relação aos demais. Afora o episódio do mensalão, por si só revelador das novas práticas petistas, o comportamento da maioria dos seus representantes mostrou mais do que um dia se poderia supor. O PT não tem menor sede de poder que seus concorrentes. Nem está disposto a sacrificar a manutenção de postos para manter íntegra a imagem que um dia construiu de boa fé e bons propósitos. Em suma: guarda profunda semelhança com o DEM, o PSDB, o PMDB e a maioria das siglas que empocalham a política nacional. O que Dilma Rousseff poderá dizer, em relação a tudo isso?

O que se poderia ouvir do candidato do PSDB? Que condenasse as políticas postas em prática pelo governo Lula? Como fazê-lo, diante de, pelo menos, duas circunstâncias: o fato de que são políticas só superficialmente diferentes das de FHC e todas as más ações do atual governo têm precedentes no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sequer os números da economia brasileira acodem o candidato adversário. Estes, sim, diferem em substância do período anterior - para infortúnio do ex-governador paulista. Ademais, José Serra reincide na promessa de entrega de parte do patrimônio público ao setor privado. Se isso agrada aos grandes grupos econômicos, já foi percebido pela população como danoso aos seus próprios interesses. Os órgãos de defesa do consumidor têm registros que não permitem qualquer ilusão a respeito.

Uma das últimas promessas do candidato peessedebista refere-se à administração dos aeroportos. A situação crônica deles seria tratada por Serra com a administração privada, a mesma que deixa o País sem comunicações, atrasa o abastecimento de água a expressivas

O PSOL aposta que é melhor mostrar a verdadeira face, não o rosto preenchido com botox e a pele esticada por bisturis.

parcelas da população, provoca apagões, deteriora o sistema de transportes, cobra juros escorchantes - e por aí vai...

talvez alguns vejam em Marina Silva uma grande esperança. Ela não tem feito por consolidar essa promessa. Enredada em um processo kafkiano, é tímida

quanto ensaia criticar o governo de que fez parte, ainda que ensaiando restrições às políticas ambientais cuja execução acabou por fazê-la desocupar o gabinete ministerial. Também cala mal no seio da população o fato de trazer do setor privado seu companheiro de chapa. Muito do rigor ético que se colava à sua simpática figura esvaiu-se, ainda mais porque sempre ficará a suspeita de que o interesse maior está no financiamento de sua campanha. E quem paga a conta...

Diga-se que as chances de Plínio de Arruda Sampaio são reduzidas. Afinal, ele disputa sob a bandeira de uma sigla resultante da diáspora ocorrida no partido que detém o poder. As razões alegadas não se distinguem das que deram origem ao PSDB, desligado do PMDB por motivos, disse-se então, éticos. Há, porém, algo que destoa, se comparados o partido que dá guarida a José Serra e o de filiação do professor paulista. O primeiro já teve a oportunidade de ocupar o poder e de mostrar quais os interesses a que está atrelado.

O PSOL, por enquanto, não integra o rol dos fichas sujas, não se envolveu em qualquer mensalão, não teme apresentar propostas porque elas podem desagradar financiadores e eleitores. Continua apostando em que é melhor mostrar a verdadeira face, não o rosto preenchido com botox e a pele esticada pelos bisturis. A fisionomia mostrada nas telas de televisão parece a sua mesma. Assim dá para confiar. Até quando, só o tempo dirá. Mas não é o tempo o senhor de todas as coisas?

Quando estatuto e programa partidários registrados na Justiça Eleitoral não são cumpridos, seria razoável esperar que palavras ditas ao acaso comprometam o candidato com os eleitores?

■ José Seráfico é professor da Universidade Federal do Amazonas
E-mail: jserafico@uol.com.br

jbosco@oliberal.com.br



murillo de aragão

A agenda oculta das eleições

o observador mais experiente, o debate rasteiro e pedestre dos candidatos presidenciais não engana. A superficialidade pode ser arma de espertos e recurso daqueles que não têm muito o que dizer de diferente.

Engana-se quem pensa que com o início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV esta situação se modifique drasticamente. Até mesmo porque todos os principais candidatos já tiveram oportunidade e tempo suficientes para apresentarem suas propostas. Foram diversas entrevistas a jornais, revistas, rádios e televisão. Se tivessem algo mais consistente para mostrar, já teriam feito. No primeiro debate promovido pela TV Bandeirantes ficou evidente a ausência de um discurso aprofundado sobre idéias e programas.

Dilma Rousseff se atém a números e resultados que, de certa forma, falam por si. Por representar um governo popular cujo presidente é o grande eleitor da disputa, tende a não se aprofundar em propostas.

Já José Serra e Marina Silva são superficiais por absoluta falta de originalidade no que tangue a aspectos essenciais. Nada de espetacular foi falado sobre economia, segurança pública, carga tributária, reforma política, política externa, entre outros temas, pelos candidatos de oposição.

Tal situação pode dar a impressão de que não existe uma agenda eleitoral posta na disputa e que a superficialidade é a regra. Não é verdade. Ao longo do debate presidencial, existe uma agenda "ônibus" que agrega gregos e troianos e que não está sendo devidamente considerada. A agenda que identifica está centrada em dois vetores: o econômico e o social. A perna econômica refere-se à intenção de se manter o ciclo de desenvolvimento instalado nos últimos anos e que começa a dar frutos. A segunda perna da agenda é a questão social, que se relaciona tanto com os vetores econômicos de renda e emprego quanto com os programas assistenciais.

Segundo a FGV, a classe média brasileira (classe C)

No primeiro debate na televisão, ficou evidente a ausência de um discurso aprofundado sobre idéias e programas.

creceu de 42% para 52% entre 2004 e 2008. O consumo da classe D já supera em volume o consumo da classe B. Para a FGV, uma família é considerada de classe média quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. As classes A e B têm renda superior a R\$ 4.591, enquanto a D ganha entre R\$ 768 e R\$ 1.064. A classe E (pobres), por sua vez, reúne famílias com rendimentos abaixo de R\$ 768. De acordo com o Ipea, mais de 9,5 milhões de brasileiros deixaram a situação de pobreza entre 2004 e 2008.

O Brasil deve crescer mais do que 6,5% este ano, e tal resultado decorre de uma combinação de aspectos: aumento do crédito, distribuição de renda, controle da inflação, aumento de emprego, programas assistenciais e gastos públicos, entre alguns outros. A explosão do consumo resultou no fortalecimento do mercado interno e destampou um mundo de oportunidades para empresários. Nunca se vendeu tanto para tantos. Nunca se empregou tanto no país.

Politicamente, a resultante dessas transformações econômicas e sociais está naquilo que o cientista político Cesar Romero identifica como "uma cadeia de interesses". Nessa cadeia unem-se aliados improváveis em torno de interesses comuns: o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda.

Quem seriam os adeptos da agenda? O grande empresário que produz e vende. Aqueles que fornecem material para as grandes obras de infraestrutura. O sistema financeiro, que financia e transaciona o dinheiro. O comércio, que distribui e vende. O consumidor, que compra o que nunca comprou. O trabalhador, que está empregado e consumindo. Enfim, é uma roda da fortuna que gira impulsionada pelas circunstâncias atuais e que a maioria quer que continue assim.

■ Murillo de Aragão é cientista político.

A TV Digital é constitucional

DENIS FARIAS

Há quatro anos está em vigor o Decreto Presidencial nº 5820, de 29 de julho de 2006, que trata da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), que vem a ser um conjunto de padrões tecnológicos a serem adotados para transmissão e recepção de sinais digitais. Ficaram estabelecidas, também, diretrizes para o trânsito do sistema de transmissão analógica para o de transmissão digital, do serviço de radiodifusão de sons e imagens. Desde então, as concessionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão de sons e imagens e autorizadas permissionárias do serviço de retransmissão de televisão deverão adotar o SBTVD-T. O acesso foi assegurado ao público em geral, de forma livre e gratuita.

A ideia é possibilitar a transmissão digital em alta definição (HDTV) e em definição padrão (SDTV) e transmissão digital simultânea para recepção fixa, móvel e portátil, além da interatividade. Para tanto, consignou-se às concessionárias e autorizadas de serviço de radiodifusão de sons e imagens, para cada canal outorgado, canal de radiofrequência com largura de banda de seis megahertz, com o objetivo de permitir a transição para a tecnologia digital, sem interrupção da transmissão de sinais analógicos.

Para as entidades dos meios de comunicação, o decreto, é uma forma de manter e incentivar o monopólio no setor. Segundo o Instituto Interves, as possibilidades de interatividade, multiprogramação e recepção móvel fazem com que a TV Digital seja um serviço novo, e não apenas uma atualização da transmissão analógica de uma programação em áudio e vídeo. E o decreto teria favorecido as emissoras que já são concessionárias de TV analógica, nos padrões VHF e UHF. Poderia ter sido ampliado o pluralismo no setor. E em se tratando de novas outorgas, a concessão teria que passar pelo Congresso Nacional, e não serem consignadas diretamente pelo Poder Executivo outros 6 MHz às radiodifusoras.

Já a Associação Brasileira de Radiodifusores entende que não se tratou de novas outorgas. As frequências consignadas foram para viabilizar a migração do serviço, permitindo a transmissão simultânea de sinal analógico e digital. Não havendo, portanto, necessidade de anuência do Congresso.

Contudo, começou-se a disseminar a ideia de que o decreto era inconstitucional.

A discussão foi parar no Supremo Tribunal Federal. O PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), n.º 3944, contra os artigos de 7 a 10, do decreto presidencial.

Sustentou-se que foi infringido o artigo 223 da Constituição Federal, segundo o qual compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagem. Mas o Congresso Nacional deverá apreciar tal ato, e a outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais, após deliberação do Congresso Nacional.

Coube a relatoria do processo para o ministro Carlos Ayres Britto. No julgamento ocorrido nesse mês, entendeu o Supremo que o advento da TV Digital via decreto não é um novo serviço em face da TV analógica. E que se trata de transmissão de sons e imagem, que passa a ser digitalizada, comportando avanços tecnológicos sem perda de identidade jurídica.

Inclusive, ficou lembrado que o mesmo aconteceu com a telefonia móvel e os celulares de terceira geração. Na visão do STF, a questão da multiprogramação, que foi levantada na ADI, não procede, pois o decreto não autorizou de maneira explícita ou implícita o uso de canais suplementares ou adicionais para a prática da multiprogramação. Além disso, para viabilizar a transmissão de sons e imagens por meio da TV digital, é necessária a utilização de quase toda a faixa 6 megahertz do espectro de radiofrequências. Logo, a consignação de canal inteiro, completo, usando esses megahertz é necessária para que se preste um serviço de adequado, de qualidade, de alta definição. Do contrário, a televisão brasileira estaria limitada à transmissão de áudio e vídeo na definição meramente padronizada, desatualizada, portanto.

Caso não fosse consignada essa evolução tecnológica, teríamos um sistema de transmissão superado, precário, e o Brasil ficaria na retaguarda do processo de qualificação das emissoras eletrônicas e de sons e imagens. Além disso, a questão dos oligopólios e monopólios é anterior ao decreto. Portanto, entendeu o Supremo, com o voto condutor do relator, que não houve ofensa ao artigo 223 da Constituição, pois o decreto não outorga, não modifica, tampouco renova concessão, permissão ou autorização de serviços de radiodifusão. E nem mesmo prorroga qualquer prazo. Por sete votos a um, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou improcedentes os pedidos da ação e declarou constitucional o decreto presidencial que criou a TV digital.

■ Denis Farias é advogado, pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Fundação Getúlio Vargas. Blog: www.denisadvogado.blogspot.com